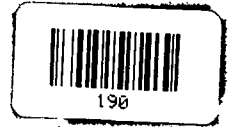


# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCESSO N.º 052/95**

**PROJETO N.º 045/95**

de Lei

**INTERESSADO** Prefeitura Municipal de Itapevi

## **ASSUNTO**

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Poder Judiciário do Estado de S. Paulo, objetivando conjugação de esforços para agilização dos feitos referentes às execuções fiscais do Município, e dá providências correlatas.

Lei 1280/95

DIGITALIZADO  
POR 



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 032/95

Plus

Itapevi, 18 de agosto de 1995

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Poder Judiciário do Estado de São Paulo, objetivando conjugação de esforços para agilização dos feitos referentes às execuções fiscais do Município, e dá providências correlatas.

A importância da propositura reside em viabilizar a cessão, pelo Município, dos funcionários que realizarão, para o Poder Judiciário, na Vara Distrital de Itapevi, o cumprimento dos mandados judiciais expedidos em razão das execuções fiscais promovidas pela Fazenda Pública Municipal.

Ocorre que, como é de pleno conhecimento dos Nobres Edis que compõem esta Colenda Casa de Leis, a excessiva quantidade de processos em trâmite na Vara Distrital de Itapevi não permite maior agilidade, pelos Oficiais de Justiça, no cumprimento dos mandados relativos às execuções fiscais do Município, que hoje já se contam em milhares.

Buscando solucionar essa questão, de real importância para o desenvolvimento sócio-econômico da Cidade, visto que os valores respectivos se destinam à realização de obras de relevante interesse da população, este Executivo pretende ceder funcionários ao Poder Judiciário local, especialmente para realização do serviço mencionado.

Ocorre que, por força do disposto no Provimento nº 296, de 30 de julho de 1986, do Conselho Superior da Magistratura (cópia anexa), os serviços inerentes à função de Oficial de Justiça somente poderão ser exercidos por pessoa estranha ao quadro de servidores do Poder Judiciário mediante convênio aprovado pelo Corregedor Geral da Justiça.

Assim, mediante aprovação desse Legislativo, o convênio poderá ser concretizado, nos termos da minuta apresentada, cuja elaboração teve por base convênio da espécie, firmado pelo Poder Judiciário com o Município de Araçoiaba da Serra em 27 de fevereiro de 1992, devidamente aprovado pela Corregedoria Geral da Justiça (docs. anexos).



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

Considerando a necessidade de urgência na adoção da medida inserida na propositura em tela, solicito seja a apreciação da matéria realizada no menor espaço de tempo possível, conforme prerrogativa constante do artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, renovando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente

JOÃO CARLOS CAMEZ  
Prefeito

RECEBEMOS  
21 / 08 / 95  
SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor  
JADIR FRANCISCO DE SOUZA  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
Itapevi-SP.

PROVIMENTO Nº 296

*Oficial de Justiça Ad-hoc*

O CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA, no  
uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de discipli-  
nar a extraordinária designação de pessoas para exercer as atri-  
buições de oficial de justiça,


CONSIDERANDO o decidido no Processo nº  
CG-56.586,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Não são admitidas designa-  
ções para exercício das atribuições de oficial de justiça, em  
caráter permanente ou semi-permanente.

§ 1º - Mediante convênio aprovado pelo  
Corregedor Geral da Justiça, o Juiz Corregedor Permanente pode-  
rá designar servidor de outro Poder, para exercer as atribui-  
ções referidas no caput, observados prazo e condições estabele-  
cidos no acordo administrativo.

§ 2º - Evidenciada a necessidade, o Juiz  
do feito poderá designar, em cada caso concreto, pessoa estra-  
nha aos quadros do serviço público, para, mediante compromi-  
so, cumprir mandado judicial.



# PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

-2-

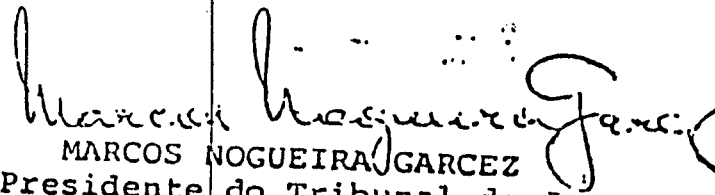
§ 3º - Todas as designações efetuadas, com fundamento nos parágrafos 1º e 2º, serão comunicadas à Corregedoria Geral da Justiça e arquivadas no Departamento do Pessoal.


Artigo 2º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogados, expressamente, todos os atos normativos em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 30 de julho de 1.986

  
NELSON PINHEIRO FRANCO  
Presidente do Tribunal de Justiça

  
MARCOS NOGUEIRA GARCEZ  
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

  
SYLVIO DO AMARAL  
Corregedor Geral da Justiça



# Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra

Rua Pedro Nolasco Vieira nº 120  
CEP 18.150 — ARAÇOIABA DA SERRA

Telefone (0152) 81-1012  
Estado de São Paulo

LEI Nº 735/90  
\*\*\*\*\*

Dispõe sobre autorização para celebração do convênio entre a Prefeitura Municipal e o Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.

DIRLEI SALAS ORIEGA, Prefeito Municipal de Araçoiaba da Serra, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

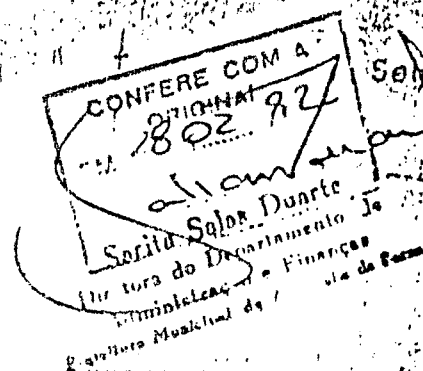
Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra autorizada a celebrar com o Poder Judiciário do Estado de São Paulo, convênio para agilização dos feitos referentes às execuções fiscais do Município, cuja minuta anexa, fica integrando a presente Lei.

Artigo 2º - A Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra compromete-se a colocar à disposição do Juízo da Comarca de Sorocaba, servidores para prestarem serviços inerentes às funções do Oficial de Justiça.

Artigo 3º - Caberá ao Juízo a supervisão e a fiscalização dos serviços de que trata o presente convênio.

Artigo 4º - O Município arcará com as despesas decorrentes dos serviços a serem prestados.

Artigo 5º - O presente convênio terá a duração de um ano, a partir de sua assinatura, considerando-se automaticamente prorrogado se não houver manifestação contrária por qualquer das partes convenientes.





# Prefeitura Municipal de Aracoiaba da Serra

Rua Pedro Nolasco Vieira nº 120 —  
CEP 18.150 — ARAÇOIABA DA SERRA

Telefone (0152) 81-1612  
— Estado do São Paulo

11 02

Artigo 6º - O presente convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo e por qualquer das partes, / mediante comunicação prévia, por escrito, a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Artigo 7º - As despesas com o presente Lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua pu**bl**icação, revogadas as disposições em con-**tr**ário.

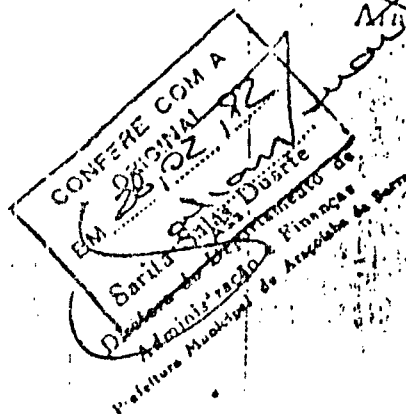
Aracoiaba da Serra, 03 de Dezembro de 1990.

*Direito da Ortega*  
DIRLEI SALAS ORTEGA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e Registrado na forma de Lei  
Data Supra

JOSÉ ANTUNES PINTO  
CH. DA SEÇÃO DE SECRETARIA

Certifico que a Lei Municipal  
n.º 25/90 de 03/12/90 foi  
publicada no Jornal *Diário da*  
*Sorocaba*  
de 15 de 12/90  
Aracoiaba da Serra, 03/12/90  
Seção de Secretaria



*[Signature]*  
Município de Aracoiaba da Serra  
Departamento de Administração e Finanças  
Prefeitura Municipal de Aracoiaba da Serra





## Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra

Rua Pedro Nolasco Vieira nº 120 — Telefone (0152) 81-1612  
CEP 18.150 — ARAÇOIABA DA SERRA — Estado de São Paulo

### C O N V Ê N I O

O Poder Judiciário do Estado de São Paulo, na Comarca de Sorocaba, representada neste ato pelo Doutor:

MAURICIO RODRIGUES MARQUES - Juiz de Direito da Segunda Vara Cível.

doravante denominado simplesmente JUIZ e, de outro lado, MUNICÍPIO DE ARAÇOIABA DA SERRA, representado pelo Senhor Prefeito Municipal, Dirlei Salas Ortega, doravante designado MUNICÍPIO, nos termos do provimento nº 296, de 30 de Junho de 1986, do Conselho Superior da Magistratura e, atendendo ao disposto na Lei Municipal nº 735/90 de 03 de Dezembro de 1990, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente Convênio a conjugação de esforços entre os participantes, no sentido de agilizar as execuções fiscais do Município de Araçoiaba da Serra.

CLÁUSULA SEGUNDA: O MUNICÍPIO compromete-se a colocar à disposição do JUIZ, servidores ou funcionários municipais, para prestarem serviços inerentes às funções de Oficial de Justiça na Comarca de Sorocaba.

CLÁUSULA TERCEIRA: O JUIZ compromete-se a designar funcionários ou servidores municipais para exercerem "ad hoc", as funções de Oficial de Justiça, nas Execuções fiscais do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA: A prestação dos serviços mencionados na Cláusula Segunda, pelos servidores ou funcionários municipais deverá declarar expressamente o seu caráter eventual, de modo a não evidenciar quaisquer direitos relativos à função exercida.



Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra

Rua Pedro Nolasco Vieira nº 120 —

CEP 18.150 — ARAÇOIADA DA SERRA —

Telefone (0152) 81-1612

Estado de São Paulo

CLÁUSULA QUINTA: Caberá ao JUIZ a supervisão e fiscalização dos serviços objeto desse Convênio, cada um nos limites de sua competência, comunicando ao MUNICÍPIO quaisquer irregularidades.

CLÁUSULA SEXTA: O MUNICÍPIO, arcará com as despesas decorrentes de execução dos serviços realizados pelos servidores ou funcionários municipais.

CLÁUSULA SÉTIMA: O presente Convênio vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, considerando automaticamente prorrogado, se não houver manifestação em contrário, por quaisquer das partes.

CLÁUSULA OITAVA: O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo e por qualquer das partes, mediante comunicação prévia, por escrito, com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA NONA: Fica eleito o FORO DA COMARCA DE SOROCABA para dirimir eventuais questões suscitadas na execução do presente Convênio.

Araçoiaba da Serra, 27 de Fevereiro de 1992

DR. MAURICIO RODRIGUES MARQUES

DIRLEI SALAS ORTEGA  
PREFEITO MUNICIPAL



281

PODER JUDICIÁRIO

64/06

14

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

São Paulo, 03 de junho de 1.992

OFÍCIO Nº 177/vlsc/DEGE 1.1.

PROC.CG. Nº 80.777/87 - 2º Volume.

Senhor Juiz de Direito:

5.10.06.92

for 7

Acusando o recebimento do ofício nº 211, de 27.04.92, desse Juízo, encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, xerocópia do Parecer e R. Decisão extraída dos autos supra citado.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha perfeita estima e distinta consideração.

VANDERCI ÁLVARES  
JUIZ DE DIREITO CORREGEDOR

A Sua Excelência o Senhor  
Doutor MAURÍCIO RODRIGUES MARQUES  
DD. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de  
SOROCABA



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo CG nº 80.777/87  
(789/92)

464 15  
H

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça:

Os Meritíssimos Juizes da 2ª Vara Cível e das 1ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas Cíveis da mesma comarca de SOROCABA, firmaram convênios (fls. 456/457 e 459/461), em nome do Poder Judiciário, com o Município de Araçoiaba da Serra, visando a conjugação de esforços para agilizar as execuções fiscais daquela Municipalidade, que comprometeu-se a colocar à disposição dos Meritíssimos Juizes, Servidores ou funcionários municipais, para prestarem serviços inerentes às funções de Oficial de Justiça.

Os convênios celebrados estão em consonância com as normas editadas pelo Provimento nº 296, do Egrégio Conselho Superior da Magistratura:.

Opino, portanto, pela homologação desses convênios, por esta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo CG nº 80.777/87

(02)

fazendo-se as devidas anotações e arquivando-se.

À alta consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 18 de maio de 1992.

VANDERCI ÁLVARES

Juiz de Direito

Auxiliar da Corregedoria

## CONCLUSÃO

Em 22 do maio de 1992,  
faço conclusão desta autos n.º 80.777/87.80  
Exmo. Sr. Procurador GERAL DE SANTIS  
GARCIA, DO Corregedor Geral da Justiça.  
Eu, Amélia M. subscr.

Anoto-se.

São Paulo, 22 de maio de 1992.

DINIO DE SANTIS GARCIA  
Corregedor Geral da Justiça

D A T A

01 de Junho de 1992 rec: 21  
com o despacho suma



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

A COMISSÃO DE n.º 01  
Sala das sessões 22/08/95  
Presidente

APROVADO em 1.ª Discussão  
Sala das sessões 22/08/95  
Presidente

## PROJETO DE LEI Nº 045/95

(Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Poder Judiciário do Estado de São Paulo, objetivando conjugação de esforços para agilização dos feitos referentes às execuções fiscais do Município, e dá providências correlatas)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, com o Poder Judiciário do Estado de São Paulo, convênio para conjugação de esforços na agilização dos feitos relativos às execuções fiscais do Município, nos termos da minuta constante do anexo que acompanha esta Lei, dela fazendo parte integrante.

Art. 2º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

APROVADO em 2.ª Discussão  
Sala das sessões 22/08/95  
Presidente

Itapevi, 18 de agosto de 1995

JOÃO CARLOS CAMEZ  
Prefeito



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## **ANEXO - MINUTA DE CONVÊNIO**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O MUNICÍPIO DE ITAPEVI, OBJETIVANDO CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS PARA AGILIZAÇÃO DOS FEITOS RELATIVOS ÀS EXECUÇÕES FISCAIS DO MUNICÍPIO.**

Pelo presente termo, de um lado o PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, na COMARCA DE COTIA - VARA DISTRITAL DE ITAPEVI, doravante designado simplesmente PODER JUDICIÁRIO, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Doutor ANTONIO MARIA PATIÑO ZORZ, Juiz de Direito da Vara Distrital de Itapevi, nos termos do Provimento nº 296, de 30 de julho de 1986, do Conselho Superior da Magistratura, e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE ITAPEVI, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito Municipal, autorizado pela Lei Municipal nº ..... de ....., celebram convênio para conjugação de esforços na agilização dos feitos relativos às execuções fiscais do Município, que reger-se-á em conformidade com as cláusulas e condições que seguem:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste convênio a conjugação de esforços para agilização dos feitos relativos às execuções fiscais do Município de Itapevi, consistente na cessão de servidores ou funcionários do MUNICÍPIO para, mediante compromisso perante o PODER JUDICIÁRIO, dar cumprimento aos mandados judiciais.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO MUNICÍPIO**

O MUNICÍPIO se compromete a colocar, à disposição do PODER JUDICIÁRIO, servidores ou funcionários municipais, para prestarem serviços inerentes às funções de Oficial de Justiça na Vara Distrital de Itapevi, Comarca de Cotia.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PODER JUDICIÁRIO**

O PODER JUDICIÁRIO se compromete a designar os servidores ou funcionários municipais colocados à disposição para exercerem, "a doc", nas execuções fiscais do MUNICÍPIO, as funções de Oficial de Justiça.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO CARÁTER EVENTUAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

Os serviços referidos na Cláusula Segunda têm caráter eventual, devendo o conhecimento de tal condição ser expressamente declarado pelos servidores ou funcionários municipais colocados à disposição, de modo a não evidenciar quaisquer direitos relativos à função exercida.





# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - Cidade Esperança"**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

## **CLÁUSULA QUINTA - DA SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO**

A supervisão e a fiscalização dos serviços objetos deste convênio serão exercidas pelo PODER JUDICIÁRIO, nos limites de sua competência, que comunicará ao MUNICÍPIO quaisquer irregularidades.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS**

O MUNICÍPIO arcará, à sua exclusiva expensa, com as despesas decorrentes da execução dos serviços realizados pelos servidores ou funcionários municipais para cumprimento do objeto deste convênio.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO**

O presente convênio vigorará pelo prazo de um (01) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automática e sucessivamente prorrogado, por igual período, na ausência de manifestação contrária por qualquer das partes.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA**

Mediante comunicação prévia, por escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias, este convênio poderá ser denunciado, a qualquer tempo e por qualquer das partes.

**CLÁUSULA NONA** - Fica eleito o Foro da Comarca de Cotia para dirimir eventuais questões suscitadas na execução deste convênio.

E, por estarem assim justas e combinadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas (02) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Itapevi, ...

**ANTONIO MARIA PATIÑO ZORZ**  
Juiz de Direito

**JOÃO CARLOS CARAMEZ**  
Prefeito



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARA CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI Nº 045  
95, DO EXECUTIVO

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada  
há que se objetar.

Quanto ao mérito, a propositu-  
ra visa a autorização da celebração de convênio com o Poder  
Judiciário do Estado de São Paulo, objetivando a conjugação  
de esforços para agilização dos feitos referentes às exe-  
cuções fiscais do Município.

Portanto, concedemos o nosso  
parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que  
votem pela aprovação da matéria.

E o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Mo-  
reira Nery, 22 de agosto de 1.995.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOAO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASÍLIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARA CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI Nº 045  
95, DO EXECUTIVO

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada  
há que se objetar.

Quanto ao mérito, a propositu-  
ra visa a autorização da celebração de convênio com o Poder  
Judiciário do Estado de São Paulo, objetivando a conjugação  
de esforços para agilização dos feitos referentes às exe-  
cuções fiscais do Município.

Portanto, concedemos o nosso  
parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que  
votem pela aprovação da matéria.

E o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Mo-  
reira Nery, 22 de agosto de 1.995.

## COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO  
JOAO FERREIRA DO MONTE  
NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA  
ANTONIO DE SOUZA FARIAS  
BENEDITO VAZ FERREIRA

## COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE  
MARIA RUTH BANHOLZER  
HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA  
VITAL PORCIANO DOS REIS  
JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"**

RUA: BRASÍLIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

**AUTÓGRAFO Nº 043/95**

**(Projeto de Lei nº 045/95 - DO EXECUTIVO)**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:**

**"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Poder Judiciário do Estado de São Paulo, objetivando conjugação de esforços para agilização dos feitos referentes às execuções fiscais do Município, e dá providências correlatas"**

**Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, com o Poder Judiciário do Estado de São Paulo, convênio para conjugação de esforços na agilização dos feitos relativos às execuções fiscais do Município, nos termos da minuta constante do anexo que acompanha esta Lei, dela fazendo parte integrante.**

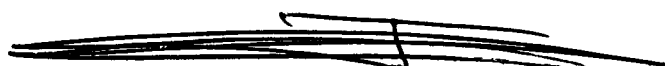
**Art. 2º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.**

**Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**23 de agosto de 1995.**

**Câmara de Vereadores do Município de Itapevi,**

  
**JADIR FRANCISCO DE SOUZA**  
Presidente

  
**JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA**  
2º Secretário  
- em exercício -



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"**

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

## **ANEXO - MINUTA DE CONVÊNIO**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O MUNICÍPIO DE ITAPEVI, OBJETIVANDO CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS PARA AGILIZAÇÃO DOS FEITOS RELATIVOS ÀS EXECUÇÕES FISCAIS DO MUNICÍPIO.**

Pelo presente termo, de um lado o PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, na COMARCA DE COTIA - VARA DISTRITAL DE ITAPEVI, doravante designado simplesmente PODER JUDICIÁRIO, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Doutor ANTONIO MARIA PATIÑO ZORZ, Juiz de Direito da Vara Distrital de Itapevi, nos termos do Provimento nº 296, de 30 de julho de 1986, do Conselho Superior da Magistratura, e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE ITAPEVI, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito Municipal, autorizado pela Lei Municipal nº ....., de ....., celebram convênio para conjugação de esforços na agilização dos feitos relativos às execuções fiscais do Município, que reger-se-á em conformidade com as cláusulas e condições que seguem:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste convênio a conjugação de esforços para agilização dos feitos relativos às execuções fiscais do Município de Itapevi, consistente na cessão de servidores ou funcionários do MUNICÍPIO para, mediante compromisso perante o PODER JUDICIÁRIO, dar cumprimento aos mandados judiciais.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO MUNICÍPIO**

O MUNICÍPIO se compromete a colocar, à disposição do PODER JUDICIÁRIO, servidores ou funcionários municipais, para prestarem serviços inerentes às funções de Oficial de Justiça na Vara Distrital de Itapevi, Comarca de Cotia.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PODER JUDICIÁRIO**

O PODER JUDICIÁRIO se compromete a designar os servidores ou funcionários municipais colocados à disposição para exercerem, "a doc", nas execuções fiscais do MUNICÍPIO, as funções de Oficial de Justiça.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"**

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

## **CLÁUSULA QUARTA - DO CARÁTER EVENTUAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

Os serviços referidos na Cláusula Segunda têm caráter eventual, devendo o conhecimento de tal condição ser expressamente declarado pelos servidores ou funcionários municipais colocados à disposição, de modo a não evidenciar quaisquer direitos relativos à função exercida.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO**

A supervisão e a fiscalização dos serviços objetos deste convênio serão exercidas pelo PODER JUDICIÁRIO, nos limites de sua competência, que comunicará ao MUNICÍPIO quaisquer irregularidades.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS**

O MUNICÍPIO arcará, à sua exclusiva expensa, com as despesas decorrentes da execução dos serviços realizados pelos servidores ou funcionários municipais para cumprimento do objeto deste convênio.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO**

O presente convênio vigorará pelo prazo de um (01) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automática e sucessivamente prorrogado, por igual período, na ausência de manifestação contrária por qualquer das partes.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA**

Mediante comunicação prévia, por escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias, este convênio poderá ser denunciado, a qualquer tempo e por qualquer das partes.

**CLÁUSULA NONA** - Fica eleito o Foro da Comarca de Cotia para dirimir eventuais questões suscitadas na execução deste convênio.

E, por estarem assim justas e combinadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas (02) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Itapevi, ...

**ANTONIO MARIA PATIÑO ZORZ**  
Juiz de Direito

**JOÃO CARLOS CAMEZ**  
Prefeito



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

Processo nº 052/95  
Proj. Lei nº 045/95  
OK!

**LEI Nº 1.280, DE 24 DE AGOSTO DE 1995**

(Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Poder Judiciário do Estado de São Paulo, objetivando conjugação de esforços para agilização dos feitos referentes às execuções fiscais do Município, e dá providências correlatas)

**JOÃO CARLOS CAMEZ**, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, com o Poder Judiciário do Estado de São Paulo, convênio para conjugação de esforços na agilização dos feitos relativos às execuções fiscais do Município, nos termos da minuta constante do anexo que acompanha esta Lei, dela fazendo parte integrante.

**Art. 2º** - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 24 de agosto de 1995

**JOÃO CARLOS CAMEZ**  
Prefeito

Publicada, por afiação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 24 de agosto de 1995.

**ALICE GONÇALVES DO NASCIMENTO**  
Secretária de Apoio Administrativo



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

## **ANEXO - MINUTA DE CONVÊNIO**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O MUNICÍPIO DE ITAPEVI, OBJETIVANDO CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS PARA AGILIZAÇÃO DOS FEITOS RELATIVOS ÀS EXECUÇÕES FISCAIS DO MUNICÍPIO.**

Pelo presente termo, de um lado o PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, na COMARCA DE COTIA - VARA DISTRITAL DE ITAPEVI, doravante designado simplesmente PODER JUDICIÁRIO, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Doutor ANTONIO MARIA PATIÑO ZORZ, Juiz de Direito da Vara Distrital de Itapevi, nos termos do Provimento nº 296, de 30 de julho de 1986, do Conselho Superior da Magistratura, e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE ITAPEVI, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito Municipal, autorizado pela Lei Municipal nº ..... de ....., celebram convênio para conjugação de esforços na agilização dos feitos relativos às execuções fiscais do Município, que reger-se-á em conformidade com as cláusulas e condições que seguem:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste convênio a conjugação de esforços para agilização dos feitos relativos às execuções fiscais do Município de Itapevi, consistente na cessão de servidores ou funcionários do MUNICÍPIO para, mediante compromisso perante o PODER JUDICIÁRIO, dar cumprimento aos mandados judiciais.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO MUNICÍPIO**

O MUNICÍPIO se compromete a colocar, à disposição do PODER JUDICIÁRIO, servidores ou funcionários municipais, para prestarem serviços inerentes às funções de Oficial de Justiça na Vara Distrital de Itapevi, Comarca de Cotia.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PODER JUDICIÁRIO**

O PODER JUDICIÁRIO se compromete a designar os servidores ou funcionários municipais colocados à disposição para exercerem, "a doc", nas execuções fiscais do MUNICÍPIO, as funções de Oficial de Justiça.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO CARÁTER EVENTUAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

Os serviços referidos na Cláusula Segunda têm caráter eventual, devendo o conhecimento de tal condição ser expressamente declarado pelos servidores ou funcionários municipais colocados à disposição, de modo a não evidenciar quaisquer direitos relativos à função exercida.





# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

**"ITAPEVI - Cidade Esperança"**  
ESTADO DE SÃO PAULO

## **CLÁUSULA QUINTA - DA SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO**

A supervisão e a fiscalização dos serviços objetos deste convênio serão exercidas pelo PODER JUDICIÁRIO, nos limites de sua competência, que comunicará ao MUNICÍPIO quaisquer irregularidades.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS**

O MUNICÍPIO arcará, à sua exclusiva expensa, com as despesas decorrentes da execução dos serviços realizados pelos servidores ou funcionários municipais para cumprimento do objeto deste convênio.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO**

O presente convênio vigorará pelo prazo de um (01) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automática e sucessivamente prorrogado, por igual período, na ausência de manifestação contrária por qualquer das partes.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA**

Mediante comunicação prévia, por escrito, com antecedência mínima de trinta (30) dias, este convênio poderá ser denunciado, a qualquer tempo e por qualquer das partes.

**CLÁUSULA NONA.** - Fica eleito o Foro da Comarca de Cotia para dirimir eventuais questões suscitadas na execução deste convênio.

E, por estarem assim justas e combinadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas (02) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Itapevi, ...

**ANTONIO MARIA PATIÑO ZORZ**  
Juiz de Direito

**JOÃO CARLOS CARAMEZ**  
Prefeito